



PC-SP

Delegado de Polícia de 3ª classe

DIREITO PENAL

EXERCÍCIOS1

GABARITO14

DIREITO PROCESSUAL PENAL

EXERCÍCIOS1

GABARITO13

CRIMINOLOGIA

EXERCÍCIOS1

GABARITO12

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

EXERCÍCIOS1

GABARITO13

MEDICINA LEGAL

EXERCÍCIOS1

GABARITO13

DIREITO CONSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS1

GABARITO13

DIREITOS HUMANOS

EXERCÍCIOS1

GABARITO13

DIREITO ADMINISTRATIVO

EXERCÍCIOS1

GABARITO12

SUMÁRIO



DIREITO CIVIL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	12

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	15

SUMÁRIO



1. VUNESP - Del Pol (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Conceitos, Objeto, Teorias e Evolução do Direito Penal

A respeito das escolas penais do Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A escola Clássica é caracterizada pela finalidade utilitarista da pena, o livre arbítrio do indivíduo, sendo o crime considerado um fenômeno social.
- (B) A escola Positivista é caracterizada pela finalidade retributiva da pena, o livre arbítrio do indivíduo, sendo o crime considerado uma violação ao direito.
- (C) A escola Clássica é caracterizada pela finalidade utilitarista da pena, o determinismo, sendo o crime considerado um fenômeno social.
- (D) A escola Positivista é caracterizada pela finalidade utilitarista da pena, o determinismo, sendo o crime considerado uma violação ao direito.
- (E) A escola Clássica é caracterizada pela finalidade retributiva da pena, o livre arbítrio do indivíduo, sendo o crime considerado uma violação ao direito.

2. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Conceitos, Objeto, Teorias e Evolução do Direito Penal

A escola penal em referência pode ser considerada o nascedouro dos princípios da proporcionalidade da sanção penal e da legalidade. Para os representantes dessa escola penal o crime é um conceito meramente jurídico. A responsabilização penal é calcada na ideia do livre arbítrio, assumindo a pena caráter meramente retributivo. A escola penal retratada é:

- (A) Escola Positivista.
- (B) Escola Correccionalista.
- (C) Escola Clássica.
- (D) Escola Técnico-Jurídica.
- (E) Terceira-Escola.

3. VUNESP - ESC POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Princípio da Legalidade Penal, da Anterioridade Penal e Demais Princípios Decorrentes

Com relação ao princípio da legalidade no direito penal, é **correto** afirmar que

- (A) ninguém poderá ser punido por conduta que não esteja previamente definida como crime por lei em sentido estrito.
- (B) embora se trate de princípio basilar do direito penal, não consta expressamente da Constituição Federal.
- (C) é permitido o uso de normas penais vagas e imprecisas, possibilitando ao julgador ampla discricionariedade no enquadramento legal de condutas como criminosas.
- (D) é permitido o uso de analogia, a fim de punir penalmente condutas que atentam contra a moral e os costumes, ainda que não tipificadas como criminosas.
- (E) não há crime sem lei anterior que o defina, estando facultado ao juiz determinar a pena sem prévia cominação legal.

4. VUNESP - PER PAP (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Princípio da Legalidade Penal, da Anterioridade Penal e Demais Princípios Decor



1. VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Na evolução do direito processual penal, percebe-se a influência de outros ramos do direito. O _____ deu uma atenção ao aspecto subjetivo do crime, combateu a vingança privada, humanizou as penas, reprimiu o uso de ordálias e introduziu as penas privativas de liberdade em substituição às patrimoniais.

É **correto** afirmar que o ramo do direito que corretamente completa o enunciado é:

- (A) Direito Americano
- (B) Direito Romano
- (C) Direito Germânico
- (D) Direito Francês
- (E) Direito Canônico

2. VUNESP - AG POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

A edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a processo penal

- (A) é admitida, mas só terá eficácia no ano civil subsequente.
- (B) é admitida, mas apenas em situação de estado de defesa ou estado de sítio.
- (C) é excepcionalmente admitida, mas a medida provisória perderá eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de sessenta dias.
- (D) é excepcionalmente admitida, mas a medida provisória perderá eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo indicado em seu próprio texto.
- (E) é constitucionalmente vedada.

3. VUNESP - ESC POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

A respeito das disposições constitucionais aplicadas ao Direito Processual Penal, é correto afirmar que

- (A) o princípio do contraditório, que garante a oportunidade de manifestação sobre todos os atos do processo, é exclusivo à defesa, não se aplicando a acusação.
- (B) o princípio da publicidade assegura que os atos processuais sejam públicos, excepcionada unicamente a hipótese de preservar a intimidade do acusado.
- (C) a autodefesa, uma das formas de concretização do princípio da ampla defesa, é garantia indisponível, sendo nulo o processo em que não foi exercida pelo réu.
- (D) o princípio do juiz natural garante que o acusado seja julgado por juiz determinado por regras de fixação de competência editadas antes do fato criminoso.
- (E) o princípio do favor rei consagra que a dúvida relativa à prova favorece à sociedade, implicando a condenação do réu.

4. VUNESP - ESC POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

A respeito do princípio do contraditório, é **correto** afirmar que

- (A) não tem previsão expressa na Constituição Federal, decorrendo de tratados e convenções interacionais a que o Brasil ratificou.



1. VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

Com relação ao objeto da criminologia, é correto afirmar que atualmente ele está dividido nas seguintes vertentes:

- (A) controle social, governo, delito e delinquente.
- (B) delinquente, governo, vítima e prevenção criminal.
- (C) delitos e penas.
- (D) governo, delito, delinquente e vítima.
- (E) delito, delinquente, vítima e controle social.

2. VUNESP - INV POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

Com relação ao método da criminologia, é correto afirmar que ela se utiliza dos métodos

- (A) biológicos e sociológicos. Como ciência empírica e experimental que é, a criminologia utiliza-se da metodologia experimental, naturalística e indutiva para estudar o delinquente, não sendo suficiente, no entanto, para delimitar as causas da criminalidade.
- (B) matemático e experimental. Como ciência empírica e experimental que é, a criminologia utiliza-se da metodologia experimental, naturalística e indutiva para estudar o delinquente, não sendo suficiente, no entanto, para delimitar as causas da criminalidade.
- (C) filosófico, indutivo, biológicos e sociológicos. Como ciência empírica e experimental que é, a criminologia utiliza-se da metodologia experimental, naturalística e indutiva para estudar o delinquente, sendo suficiente para delimitar as causas da criminalidade.
- (D) empírico-filosófico e indutivo-experimental. Como ciência empírica e experimental que é, a criminologia utiliza-se da metodologia experimental, naturalística e indutiva para estudar o delinquente, sendo suficiente para delimitar as causas da criminalidade.
- (E) biológicos e sociológicos. Como ciência do “dever-ser” e experimental que é, a criminologia utiliza-se da metodologia lógica e dedutiva para estudar os fenômenos sociais que envolvem a criminalidade.

3. VUNESP - MED LEG (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

A Criminologia é uma ciência

- (A) normativa.
- (B) indutiva.
- (C) do dever-ser.
- (D) dogmática.
- (E) axiológica.

4. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

Assinale a alternativa correta quanto aos objetos da Criminologia.

- (A) O conceito de crime para a Criminologia é o mesmo conceito adotado para o Direito Penal, ou seja, o crime é um fato típico, antijurídico e culpável.



1. VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2022

Criminalística e Medicina Legal - Lei nº 9.434/1997 - Transplante

A Lei nº 9.434/97 dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. Em relação às sanções penais e administrativas dessa Lei, é correto afirmar que

- (A) deixar de recompor cadáver, devolvendo-lhe aspecto condigno, para sepultamento, ou retardar sua entrega aos familiares é passível de pena de detenção de um a seis meses.
- (B) realizar transplante ou enxerto utilizando tecidos, órgãos ou partes do corpo humano de que se tem ciência terem sido obtidos em desacordo com os dispositivos dessa Lei é punível com pena de reclusão de quatro a oito anos e multa de 200 a 360 dias-multa.
- (C) comprar ou vender tecidos, órgãos ou partes do corpo humano são crimes graves, com pena de reclusão de seis meses a dois anos e multa de 100 a 200 dias- multa.
- (D) remover tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver, em desacordo com as disposições dessa Lei, é punível com pena de reclusão de dois a seis anos e multa de 100 a 360 dias-multa.
- (E) se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa ou por outro motivo torpe, a pena de reclusão é de oito a doze anos e multa de 300 a 450 dias-multa.

2. VUNESP - MED LEG (PC SP)/PC SP/2022

Criminalística e Medicina Legal - Lei nº 9.434/1997 - Transplante

A respeito da Lei nº 9.434/1997 (Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento) é **correto** afirmar que

- (A) não é permitida a remoção de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano para fins de transplante em situações em que o óbito é de causa mal definida, com indicação de verificação da causa médica da morte.
- (B) o diagnóstico de morte encefálica feito em pacientes atendidos por qualquer estabelecimento de saúde é de notificação obrigatória às centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos da unidade federada onde ocorrer.
- (C) a doação de tecidos e órgãos do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes, é permitida a pessoa juridicamente capaz, a cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, sendo vedada a doação à pessoa estranha, exceto de medula óssea.
- (D) a retirada pós-morte de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento somente ocorrerá após o diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada pelos médicos integrantes da equipe de remoção de transplante, certificada pelo Sistema Único de Saúde.
- (E) o enxerto ou transplante somente se fará mediante consentimento expresso do receptor e, nos casos em que o receptor for criança ou adolescente, pelo consentimento de ambos os pais.

3. VUNESP - ENG (UNICAMP)/UNICAMP/CIVIL/2022

Assunto: Direito Administrativo - Objetivos, Fases e Formalidades (arts. 11 a 17 da Lei nº 14.133/2021)

Segundo a Lei Federal nº 8.666/1993, vigente ainda por mais dois anos após a promulgação da Lei Federal nº 14.133, promulgada em 1º de abril de 2021, em licitações públicas de obras e serviços de engenharia, uma das condições para análise de exequibilidade de uma proposta é que, em relação ao valor orçado pela administração, a proposta possua seu valor percentual mínimo de:

- (A) 85%
- (B) 82%
- (C) 80%



1. VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

Considerando o entendimento doutrinário consolidado sobre a classificação das Constituições, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A Constituição normativa é a que logra ser fielmente cumprida por todos os interessados, limitando, efetivamente o poder, enquanto a semântica é a formalização do poder de quem o detém no momento.
- (B) A Constituição material é aquela que possui apenas matérias tipicamente constitucionais, enquanto as formais são as que possuem normas constitucionais e normas não constitucionais.
- (C) As Constituições estatutárias traçam metas, programas de ação e objetivos para as atividades do estado nos domínios econômico, social e cultural, enquanto as dirigentes concentram a sua atenção normativa nos aspectos de estrutura de poder.
- (D) A Constituição cesarista é aquela feita e imposta ao povo pelo governante, enquanto a promulgada é a feita pelo governante, mas submetida à apreciação posterior do povo.
- (E) A Constituição semirrígida é aquela que possui normas submetidas ao mesmo procedimento de alteração das demais leis, bem como normas que não podem ser alteradas.

2. VUNESP - ADV (DOCAS PB)/DOCAS PB/2022

Assunto: Direito Constitucional - Eficácia das Normas Constitucionais

A Constituição Federal estabelece a contribuição a ser fixada pela assembleia geral da categoria profissional, que será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical (art. 8o, IV) e, ainda, garante o direito de greve aos servidores públicos (art. 37, VII). Essas normas constitucionais são consideradas, **respectivamente**, de eficácia

- (A) plena e contida.
- (B) plena e limitada.
- (C) limitada e plena.
- (D) contida e limitada.
- (E) contida e plena.

3. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Constitucional - Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

Essa técnica foi aplicada no julgamento da ADI 1946, na qual o STF decidiu que o art. 14 da EC 20/98, que instituiu o teto para os benefícios previdenciários do RGPS, não deve ser aplicado ao benefício do salário maternidade (licença gestante), que deve ser pago sem sujeição a teto e sem prejuízo do emprego e do salário, conforme o art. 7o, XVIII, da CF.

Essa decisão do STF utilizou-se da técnica denominada de

- (A) interpretação conforme a Constituição sem redução de texto.
- (B) declaração parcial de inconstitucionalidade com redução de texto.
- (C) declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.
- (D) interpretação conforme a Constituição com redução de texto.
- (E) mutação constitucional.



1. VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

Considerando o entendimento doutrinário consolidado sobre a classificação das Constituições, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A Constituição normativa é a que logra ser fielmente cumprida por todos os interessados, limitando, efetivamente o poder, enquanto a semântica é a formalização do poder de quem o detém no momento.
- (B) A Constituição material é aquela que possui apenas matérias tipicamente constitucionais, enquanto as formais são as que possuem normas constitucionais e normas não constitucionais.
- (C) As Constituições estatutárias traçam metas, programas de ação e objetivos para as atividades do estado nos domínios econômico, social e cultural, enquanto as dirigentes concentram a sua atenção normativa nos aspectos de estrutura de poder.
- (D) A Constituição cesarista é aquela feita e imposta ao povo pelo governante, enquanto a promulgada é a feita pelo governante, mas submetida à apreciação posterior do povo.
- (E) A Constituição semirrígida é aquela que possui normas submetidas ao mesmo procedimento de alteração das demais leis, bem como normas que não podem ser alteradas.

2. VUNESP - ADV (DOCAS PB)/DOCAS PB/2022

Assunto: Direito Constitucional - Eficácia das Normas Constitucionais

A Constituição Federal estabelece a contribuição a ser fixada pela assembleia geral da categoria profissional, que será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical (art. 8o, IV) e, ainda, garante o direito de greve aos servidores públicos (art. 37, VII). Essas normas constitucionais são consideradas, **respectivamente**, de eficácia

- (A) plena e contida.
- (B) plena e limitada.
- (C) limitada e plena.
- (D) contida e limitada.
- (E) contida e plena.

3. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Constitucional - Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

Essa técnica foi aplicada no julgamento da ADI 1946, na qual o STF decidiu que o art. 14 da EC 20/98, que instituiu o teto para os benefícios previdenciários do RGPS, não deve ser aplicado ao benefício do salário maternidade (licença gestante), que deve ser pago sem sujeição a teto e sem prejuízo do emprego e do salário, conforme o art. 7o, XVIII, da CF.

Essa decisão do STF utilizou-se da técnica denominada de

- (A) interpretação conforme a Constituição sem redução de texto.
- (B) declaração parcial de inconstitucionalidade com redução de texto.
- (C) declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.
- (D) interpretação conforme a Constituição com redução de texto.
- (E) mutação constitucional.



1. VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2022

Assunto: Direito Constitucional - Constitucionalismo e neoconstitucionalismo

A dignidade da pessoa humana, prevista no art. 1o, inciso III, da Constituição Federal, pertence ao rol dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. Assinale a alternativa que mais se aproxima de sua origem histórica.

- (A) A noção de dignidade da pessoa humana origina-se no decorrer da Revolução Industrial, em razão da degradante condição dos trabalhadores nas fábricas.
- (B) O conceito de dignidade da pessoa humana remonta à Idade Média, momento em que a humanidade vivenciou a Renascença.
- (C) A dignidade da pessoa humana remonta ao direito natural moderno.
- (D) A dignidade da pessoa humana pertence ao chamado “direito à democracia”, produto, por sua vez, da quarta geração ou dimensão de direitos fundamentais.

2. VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/PROVIMENTO/2022

Assunto: Direito Constitucional - Constitucionalismo e neoconstitucionalismo

Segundo o neoconstitucionalismo, os direitos fundamentais sociais são direitos prestacionais dotados de eficácia plena e aplicação imediata. Assinale a alternativa que melhor espelha o desenho teórico dessa corrente de pensamento sobre esses direitos.

- (A) Tais direitos estão na base da ideia de mínimo existencial e são potencializados pela ideia de máxima efetividade.
- (B) Tais direitos são limitados pela reserva do possível e pelas escolhas políticas decorrentes da democracia representativa.
- (C) Tais direitos se apresentam como direitos fundamentais, estão na base da ideia de vida digna e sujeitam-se à esfera de discricionariedade administrativa independentemente de sua inscrição nas modernas Constituições.
- (D) Tais direitos referem-se a normas programáticas, que têm o papel exclusivo de orientar o desenvolvimento do Estado.

3. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

Considerando o entendimento doutrinário consolidado sobre a classificação das Constituições, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A Constituição normativa é a que logra ser fielmente cumprida por todos os interessados, limitando, efetivamente o poder, enquanto a semântica é a formalização do poder de quem o detém no momento.
- (B) A Constituição material é aquela que possui apenas matérias tipicamente constitucionais, enquanto as formais são as que possuem normas constitucionais e normas não constitucionais.
- (C) As Constituições estatutárias traçam metas, programas de ação e objetivos para as atividades do estado nos domínios econômico, social e cultural, enquanto as dirigentes concentram a sua atenção normativa nos aspectos de estrutura de poder.
- (D) A Constituição cesarista é aquela feita e imposta ao povo pelo governante, enquanto a promulgada é a feita pelo governante, mas submetida à apreciação posterior do povo.
- (E) A Constituição semirrígida é aquela que possui normas submetidas ao mesmo procedimento de alteração das demais leis, bem como normas que não podem ser alteradas.



1. VUNESP - Aux Adm (CIOESTE)/CIOESTE/2023

Assunto: Direito Administrativo - Regime Jurídico da Administração e Regime Jurídico Administrativo

A respeito do princípio da supremacia do interesse público, é correto afirmar que

- (A) a sua existência autoriza o gestor público a agir sem prévia autorização em lei.
- (B) está expressamente previsto na Constituição Federal.
- (C) está diretamente relacionado ao dever de o agente público não realizar condutas que impliquem em favorecimento pessoal a terceiros.
- (D) é um princípio implícito da Administração Pública e considerado por parte da doutrina do Direito Administrativo como definidor do regime jurídico-administrativo.
- (E) representa o dever de o gestor público, ao agir, observar todo o Direito e não apenas a lei em sentido estrito.

2. VUNESP - FIS (PREF MARÍLIA)/PREF MARÍLIA/POSTURAS/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Uma prefeitura brasileira resolveu desenvolver campanha publicitária sobre seu novo programa de fiscalização de posturas, visando informar e conscientizar os cidadãos com relação a dispositivos legais que vêm sendo desrespeitados com muita frequência. Tal campanha deverá

- (A) limitar-se ao caráter educativo, informativo ou de orientação social.
- (B) informar os nomes dos servidores públicos responsáveis pela fiscalização.
- (C) enaltecer a figura do chefe do executivo, como estratégia motivacional.
- (D) divulgar os nomes das autoridades responsáveis pela implementação da campanha.
- (E) evitar antecipar informação de que haverá ação fiscalizatória, para garantir o fator surpresa.

3. VUNESP - ODP (DPE SP)/DPE SP/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A respeito dos princípios administrativos, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Foi a Emenda Constitucional nº 20/1998 que acrescentou ao *caput* do art. 37 o princípio da eficiência.
- (B) A aplicação do princípio da impessoalidade não se relaciona, direta ou indiretamente, com o princípio da finalidade.
- (C) A doutrina tradicional prega que o conteúdo do princípio da moralidade é idêntico ao da legalidade.
- (D) O princípio da moralidade deve ser observado exclusivamente nas relações entre a Administração e os administrados em geral.
- (E) O princípio da publicidade pode ser concretizado por meio do direito de petição, das certidões, bem como da ação administrativa *ex officio* de divulgação de informações de interesse público.

4. VUNESP - AUX (PREF PERUÍBE)/PREF PERUÍBE/ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Como princípio básico da Administração Pública, a Publicidade refere-se

- (A) à forma como informações e campanhas governamentais devem ser conduzidas para o acesso da maioria da população.
- (B) às regras de veiculação em mídias eletrônicas e digitais (radio, tv, internet), discriminando formas e gênero de comunicação.



1. VUNESP - APGO (Pref Jundiaí)/Pref Jundiaí/Direito/2022 Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

No que diz respeito ao início da personalidade, é **correto** afirmar que o Código Civil adotou a teoria

(A) natalista, na qual o início da personalidade ocorre com o nascimento com vida, sendo certo que o nascituro detém direitos desde a concepção.

(B) personalidade condicional, na qual o nascimento com vida é uma condição suspensiva para a aquisição da personalidade e, por consequência, da detenção de direitos.

(C) concepcionista, na qual o início da personalidade ocorre com a concepção, sendo certo que o nascimento se presta apenas para que se consolide a capacidade jurídica do nascituro.

(D) augustiniana, na qual o início da personalidade se dará quando o nascituro tiver o cérebro parcialmente formado, proporcionando o início da geração de ondas cerebrais, utilizando o mesmo princípio da extinção da personalidade jurídica.

(E) mista, na qual o início da personalidade se dá a partir do momento em que o embrião se fixa no útero, sendo necessário o nascimento com vida.

2. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

O Código Civil em seu art. 6º preceitua que “a existência de pessoa natural termina com a morte”. Qual o nome do instituto jurídico presente no art. 8º do Código Civil que admite a morte simultânea de dois ou mais indivíduos em um mesmo momento, quando não se pode provar quem faleceu primeiro?

(A) Morte súbita.

(B) Primoriência.

(C) Docimásia da agonia.

(D) Premoriência.

(E) Comoriência.

3. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

O Código Civil, em seu art. 6º, preceitua que “a existência de pessoa natural termina com a morte”. Qual o nome do instituto jurídico presente no art. 8º do Código Civil, que admite a morte de dois ou mais indivíduos em um mesmo momento, quando não se pode provar quem faleceu primeiro?

(A) Primoriência.

(B) Premoriência.

(C) Morte súbita.

(D) Docimásia da agonia.

(E) Comoriência.

4. VUNESP - PROC (CAMPREV)/CAMPREV/2023

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Assinale a alternativa **correta** acerca dos direitos da personalidade.

(A) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo e indisponível, assentado no princípio da dignidade da pessoa humana, devendo, no entanto, a pretensão ser exercida em até 10 (dez) anos a partir da maioridade do filho.



1. VUNESP - Arqt (Pref Peruíbe)/Pref Peruíbe/2023 Informática - Word 2016

Um usuário do MS-Word 2016, em sua configuração padrão, digitou e formatou um parágrafo contendo 5 palavras, conforme se vê a seguir. Todo o parágrafo com tipo de letra Ariel tamanho 18.

Projeto Estância **Balneária** de Peruíbe

Em seguida, selecionou todo o parágrafo e acionou a formatação sobrescrito. Ao fazer isso, o número de palavras que tiveram mudança em sua formatação é

- (A) 5.
- (B) 4.
- (C) 3.
- (D) 2.
- (E) 1.

2. VUNESP - ANA (PREF PINDA)/PREF PINDAMONHANGABA/AMBIENTAL/2023

ASSUNTO: INFORMÁTICA - WORD 2016

Tem-se a seguinte tabela, criada no Microsoft Word 2016, em sua configuração padrão:

Ao posicionar o cursor do mouse na última célula e pressionar TAB,

- (A) uma nova linha será criada com 1 coluna.
- (B) uma nova linha será criada com 2 colunas.
- (C) uma nova linha será criada com 3 colunas.
- (D) duas novas linhas serão criadas, sendo a primeira com 1 coluna e a segunda com 3 colunas.
- (E) duas novas linhas serão criadas, sendo a primeira com 2 colunas e a segunda com 1 coluna.

3. VUNESP - SEC (CM BADY BASSIT)/CM BADY BASSIT/2023

ASSUNTO: INFORMÁTICA - WORD 2016

No MS-Word 2016, em sua configuração padrão, um usuário pode copiar a formatação de um texto, como cor, tamanho de fonte e estilo de fonte e aplicá-la a outro texto usando a funcionalidade _____. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

- (A) Instantâneo
- (B) SmartArt
- (C) Caixa de Texto
- (D) AutoForma
- (E) Pincel de Formatação